

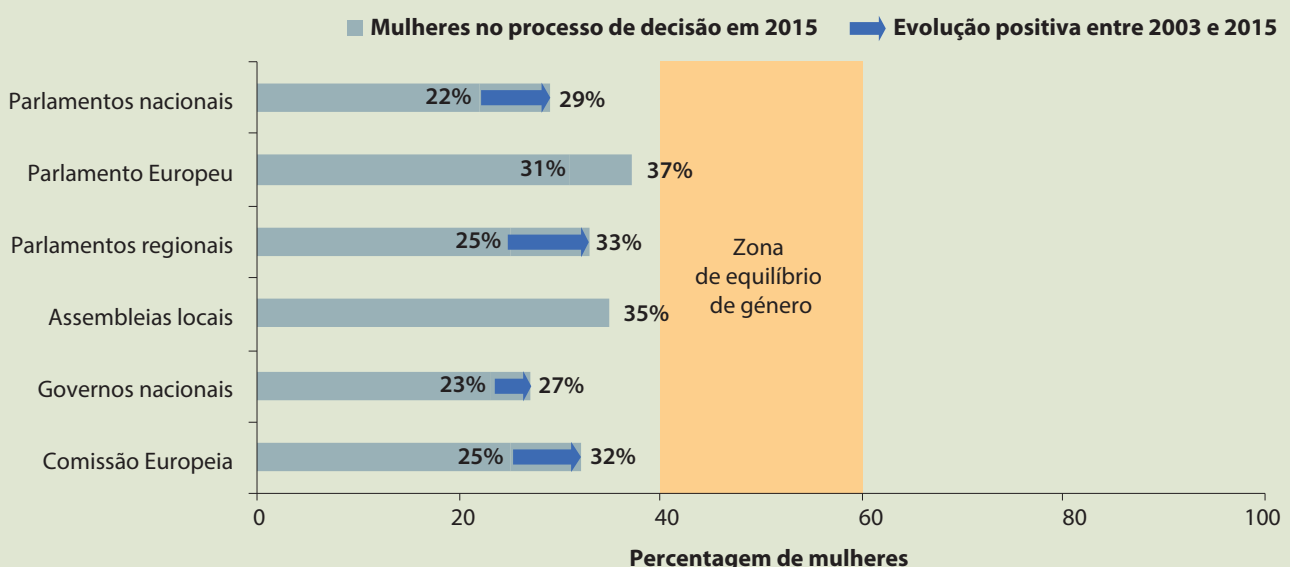
A igualdade de participação de homens e mulheres na atividade política é uma condição importante para uma democracia eficaz e uma boa governação. Além de reforçar e melhorar o sistema democrático, a participação de mais mulheres nos processos de decisão política produz vários efeitos positivos na sociedade, que podem ajudar a melhorar as vidas tanto das mulheres como dos homens. Os benefícios incluem sociedades mais equitativas e uma governação mais inclusiva, padrões de vida mais elevados, desenvolvimento positivo na educação, na saúde e nas infraestruturas, bem como uma redução da corrupção política.

Um caminho lento mas sólido até ao topo para as mulheres

Durante a última década, as mulheres têm vindo a aumentar de forma constante a sua quota de posições de liderança nas instituições políticas e na administração pública em toda a União Europeia (UE). O gráfico abaixo mostra o progresso realizado desde 2003 a nível local, regional, nacional e europeu.



Figura 1: Melhorias no equilíbrio de género no poder político na UE-28, 2003-2015



Os homens mantêm o controlo da liderança nos partidos políticos

Mulheres nas franjas das redes informais

A maioria dos partidos políticos na UE são dirigidos por homens, como revela o relatório EIGE sobre igualdade de género no poder e na tomada de decisões (2015). O relatório observa que, em 2014, as mulheres representavam apenas 13% dos líderes e 33% dos líderes adjuntos dos principais partidos políticos em toda a UE. As redes formais e informais dentro dos partidos políticos são de extrema importância para alcançar posições de topo, manter o apoio do partido e implementar mudanças políticas. As redes informais fora das horas de trabalho são sobretudo movimentadas por homens. Assim, a existência dessas redes em esferas de dominação masculina pode fornecer apoio à dominação e à liderança masculinas (relatório do EIGE sobre igualdade de género no poder e na tomada de decisões).

Os estereótipos de género afastam as mulheres dos papéis principais

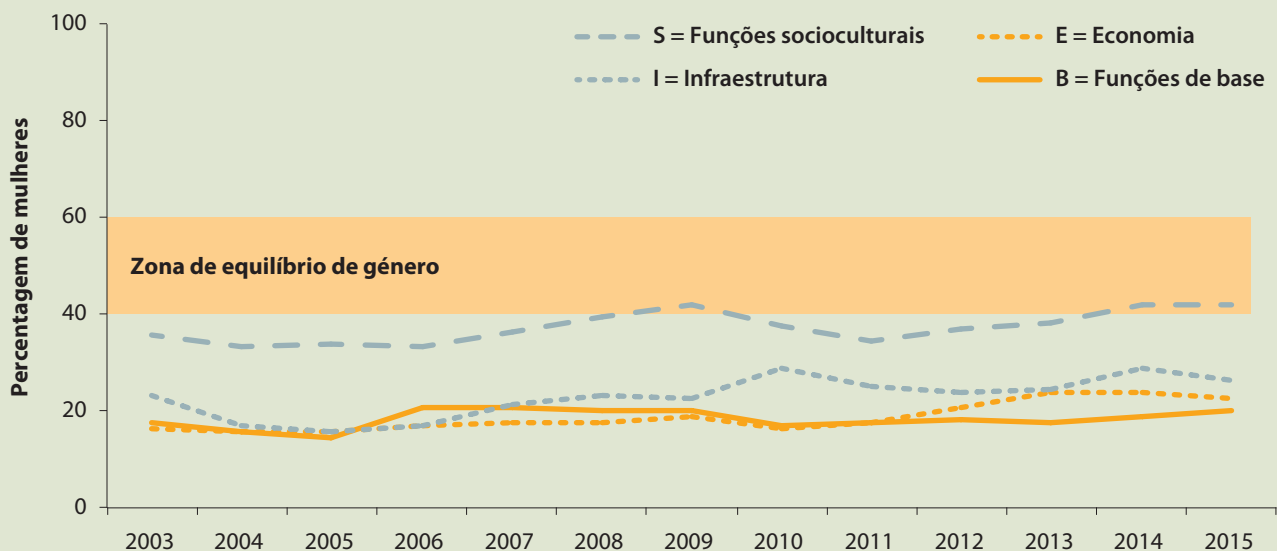
A persistência de estereótipos de género e a cultura interna de muitos partidos políticos, que se caracteriza pelo estilo de liderança predominantemente «masculino», continua a pôr entraves à igualdade de representação. Historicamente, as posições de liderança foram

ocupadas principalmente por homens. As características e competências esperadas dos líderes — como assertividade, dominação ou pensamento racional — estão normalmente ligadas às características masculinas e, assim, a liderança é comumente associada aos homens. Os estereótipos de género refletem-se também na distribuição das pastas ministeriais e dos cargos administrativos de alto nível nos ministérios. Os homens dominam as pastas relativas às funções de base do Estado, como, por exemplo, a defesa, a justiça e a política externa, ao passo que as mulheres estão concentradas nos ministérios com funções socioculturais, reforçando assim as expectativas estereotipadas segundo as quais as mulheres são mais adequadas para áreas como a educação, a saúde e a cultura.

Os partidos políticos fecham as portas às mulheres

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental na determinação do grau e da qualidade das oportunidades de participação das mulheres na política partidária. As oportunidades das mulheres para alcançarem posições de liderança também estão nas mãos dos partidos políticos e das elites partidárias que controlam os processos de seleção e admissão. Além disso, os partidos políticos determinam a ordem das listas eleitorais, das listas para os círculos eleitorais e das estruturas partidárias. Por estas razões, os partidos políticos são muitas vezes chamados de «porteiros».

Figura 2: Percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais em que existiram quotas entre 2003 e 2014



O que está a ser feito para melhorar o equilíbrio de género?

Alguns Estados-Membros da UE reforçaram o seu compromisso com a igualdade de género no processo de decisão política através da introdução de quotas obrigatórias ou facultativas de género, a fim de estabelecer equilíbrio de género na atividade política e introduzir objetivos de equilíbrio de género na seleção de candidatos. Os resultados da investigação do EIGE mostram que, nos Estados-Membros com quotas obrigatórias ou voluntárias, se verificou, em média, o aumento mais pronunciado na representação política das mulheres desde 2003. Os números revelam que se verificou um aumento de 10 pontos percentuais e se atingiu, em 2014, uma média de 29% de mulheres nos parlamentos nacionais. Em países sem quota, a representação das mulheres manteve-se nos 27%, com um aumento médio quase nulo ao longo da última década. As quotas constituem uma medida para melhorar o equilíbrio de género. No entanto, por si só, não são suficientes. São também necessárias outras medidas, como, por exemplo, o debate público, as campanhas, o controlo periódico e os programas holísticos destinados a incentivar mais mulheres a participar na atividade política.

Boas práticas para reforçar o papel das mulheres no processo de decisão política

O EIGE identificou uma série de boas práticas com vista a preparar e capacitar mais mulheres com as competências necessárias e pertinentes para prosseguirem uma carreira política, num ambiente mais diversificado e representativo.

Medidas e iniciativas específicas: as medidas juridicamente vinculativas ou voluntárias implementadas por partidos políticos demonstram um aumento da participação das mulheres na tomada de decisões. Uma gama mais alargada de incentivos específicos, como o debate público, a sensibilização e práticas de recrutamento e progressão de carreira mais transparentes são igualmente importantes para o progresso.

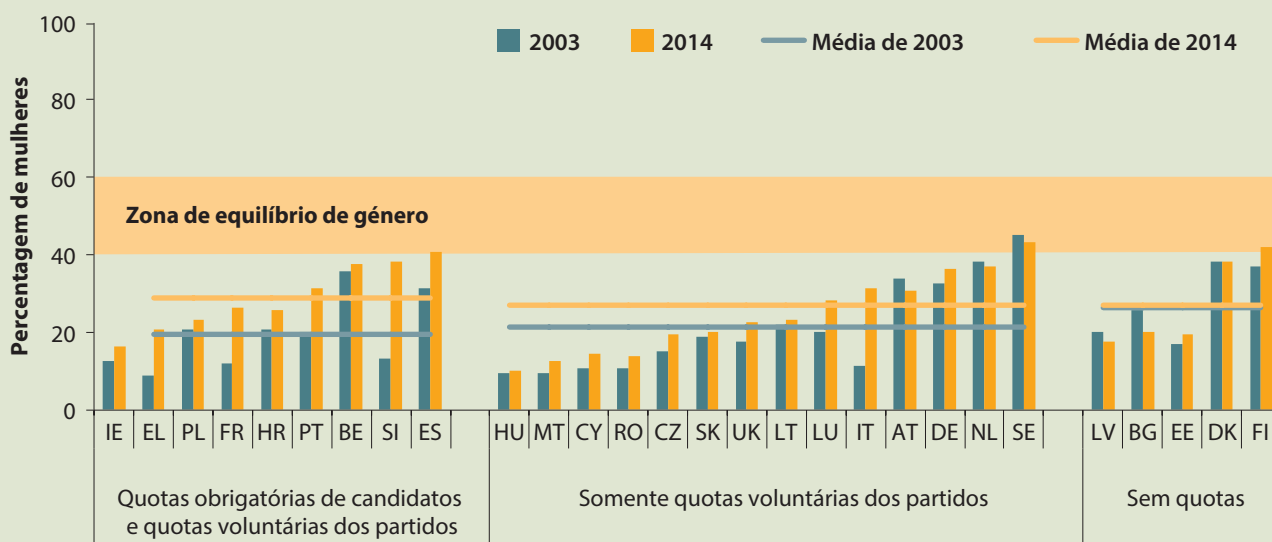
Controlo periódico: é importante acompanhar a evolução e avaliar que iniciativas são, ou não, bem-sucedidas. A Base de dados sobre estatísticas de género do EIGE pode ajudar esse acompanhamento, uma vez que permite acesso a dados desagregados por sexo que podem ser comparados entre todos os Estados-Membros da UE.

O EIGE publica regularmente relatórios que analisam diferentes domínios da Plataforma de Ação de Pequim (BPfA), tal como solicitado pelas presidências do Conselho da União Europeia. Os relatórios mais recentes são:

- Igualdade de género no poder e tomada de decisão (2016);
- Disparidades de género nas pensões na UE (2015);
- Igualdade de género e independência económica: trabalho a tempo parcial e trabalho independente (2014).

Podem consultar todos os relatórios e publicações anteriores do EIGE nos domínios da Plataforma de Ação de Pequim no seguinte endereço: <http://eige.europa.eu/monitoring-the-bpfa>

Figura 3: Percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais em que existiram quotas entre 2003 e 2014



Fonte: Comissão Europeia, Base de dados sobre as mulheres e os homens no processo de decisão; QuotaProject, disponível em: <http://www.quotaproject.org/>; Krook, 2009; Thames and Williams, 2013.

Envolver as jovens mulheres: a menos que mais jovens mulheres sejam atraídas para a vida política, a sub-representação das mulheres em cargos eletivos manter-se-á. Orientação, cursos de formação, campanhas públicas e criação de redes profissionais podem desempenhar um papel importante no sentido de incentivar mais mulheres a candidatarem-se e de as preparar para uma carreira política.



Uma palavra sobre os parlamentos sensíveis à questão do género

Os parlamentos que criaram um ambiente favorável para as mulheres, livre de assédios no local de trabalho e de práticas discriminatórias, podem apoiar um maior número de mulheres a participar ativamente na atividade política. O EIGE está a desenvolver uma ferramenta

Equilíbrio de género: uma relação aceitável é geralmente considerada a relação 40/60.

Paridade de género: um conceito numérico muitas vezes referido como uma relação de 50/50.

Massa crítica: quando pelo menos 30% de mulheres ou homens estão representados em cargos de decisão.

Pode obter mais informações sobre termos de igualdade de género no Glossário e Thesaurus sobre igualdade de género do EIGE.

<http://eige.europa.eu/rdc/thesaurus>

interativa em linha que ajuda a medir a «sensibilidade de género» de uma instituição política. A ferramenta analisa toda uma série de critérios essenciais, desde os sistemas eleitorais até às condições de trabalho parlamentares. Através da análise dos obstáculos enfrentados pelas mulheres, enquanto sujeitos políticos, em todas as fases da sua carreira, esta nova ferramenta vai ajudar as instituições a identificar as práticas discriminatórias e a desenvolver medidas para as resolver.

Prioridades políticas da UE

O compromisso da UE em matéria de igualdade de género no processo de decisão é reforçado no Compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019, da Comissão Europeia, o qual define a promoção da igualdade de género na tomada de decisão como uma das áreas prioritárias. O documento descreve também uma ação com vista à recolha e divulgação de dados sobre mulheres e homens em altos cargos de decisão, em estreita cooperação com o EIGE.

O Pacto Europeu para a Igualdade de Género 2011-2020 reafirma o compromisso do Conselho em matéria de igualdade de género e, além disso, tem precisamente como objetivo «promover o empoderamento das mulheres na vida política e económica».

Instituto Europeu para a Igualdade de Género


O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) é o centro de conhecimento da União Europeia no domínio das questões relacionadas com a igualdade de género. O EIGE apoia os decisores políticos e todas as instituições competentes nos seus esforços para tornar a igualdade entre mulheres e homens uma realidade para todos os europeus, fornecendo-lhes competências específicas e dados comparáveis e fiáveis sobre a igualdade de género na Europa.

Mais informações:

<http://eige.europa.eu> 

[facebook.com/eige.europa.eu](https://www.facebook.com/eige.europa.eu) 

twitter.com/eurogender 

[youtube.com/eurogender](https://www.youtube.com/eurogender) 

eige.sec@eige.europa.eu 

+370 5 215 7444 